

O sofrimento psíquico de graduandos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP) durante a pandemia de COVID-19: diálogos interseccionais sobre condições precárias e vulnerabilidades

Felipe Paes Piva
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo.
Bolsista CAPES.
felipe.piva@usp.br

Simpósio Temático n° 40: VIOLÊNCIAS, MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA E PANDEMIA: NOMEAÇÕES, POLÍTICAS E ENFRENTAMENTOS

RESUMO

Esta proposta debruça-se sobre um fenômeno no meio universitário: o sofrimento mental de seus alunos. Com pesquisa empírica junto aos alunos de graduação da FFLCH-USP, a pesquisa visa entender em que medida há uma interação específica entre saúde mental e a experiência de discriminação associada aos marcadores sociais da diferença (raça, classe, gênero, sexualidade, dentro outros) através da convivência e das narrativas destes alunos. Deseja-se apreender o caráter relacional desses sofrimentos que ocorrem no ambiente universitário e as formas complexas como tais marcadores se entrelaçam nessas narrativas. Parte-se do entendimento de que tal fenômeno não se estabelece de forma homogênea entre os alunos, mas as junções de determinados marcadores apontam uma maior suscetibilidade de sofrimento psíquico, derivado de condições precárias específicas de determinados grupos sociais em contraposição a outros no contexto universitário e da precariedade nas estruturas de inclusão e permanência.

Palavras-chave: saúde mental, marcadores sociais da diferença, desigualdades sociais, universidade.

ABSTRACT

This proposal focuses on a phenomenon in the university environment: the mental suffering of its students. With empirical research with graduate students at FFLCH-USP, the research aims to understand the extent to which there is a specific interaction between mental health and the experience of discrimination associated with social markers of difference (race, class, gender, sexuality, among others) through the interaction and narratives of these students. The aim is to apprehend the relational character of these sufferings that occur in the university environment and the complex ways in which such social markers are intertwined in these narratives. It starts with the understanding that this phenomenon is not established homogeneously among students, but the junctions of certain markers point to a greater susceptibility to psychological distress, derived from specific precarious conditions of certain social groups in contrast to others in the university context and precariousness in the structures of inclusion and permanence.



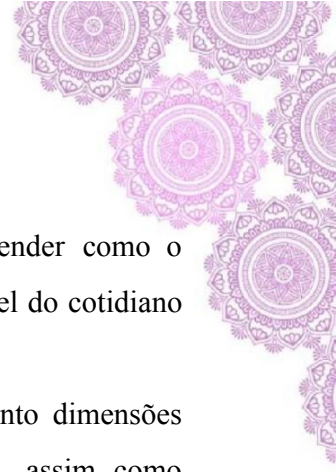
Keywords: mental health, social markers of difference, social inequalities, university.

INTRODUÇÃO

Em 2017, a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) registrou ao menos seis tentativas de suicídio (COLLUCCI, 2017). Naquele mesmo ano foram registrados dois suicídios consumados em outras unidades da universidade, na Faculdade de Veterinária e no Instituto de Ciências Biomédicas. Neste último caso, um aluno de doutorado se suicidou no laboratório no qual trabalhava (CARTA CAPITAL, 2017), deixando, numa lousa que havia no local, uma mensagem em que relatava estar cansado de tentar, de ter esperança, de viver. A mensagem terminava com a expressão em inglês "I'm just done" (MORAES, 2017). Em 2018, mais quatro casos de suicídio de alunos foram registrados, dois alunos da FFLCH, um da Escola Politécnica e um da Escola de Engenharia de São Carlos. Há a criação do Escritório de Saúde Mental na universidade. A criação do Escritório representa um marco na história da universidade, já que é a primeira vez que foi desenvolvida institucionalmente uma ferramenta unificada de assistência psicológica. Até então, apenas algumas Faculdades ofereciam assistência por iniciativas próprias. Agora, todos os estudantes de quaisquer campi da USP poderiam ter acesso (VIEIRA, 2018). Contudo, a grande demanda pelo serviço supera as condições atuais¹.

No primeiro semestre de 2021, cinco estudantes de graduação da FFLCH tiraram suas próprias vidas, apenas três casos foram reconhecidos pela instituição até o momento. Um deles foi o caso emblemático de Ricardo, um aluno negro da Geografia que se jogou do alto da moradia estudantil, onde era morador, em maio deste ano. Recebia atendimento do ESM desde 2019 (PALHARES, 2021), um dos lugares em que ele relatava sofrer racismo pelos colegas de curso e até mesmo por docentes. O estudante chegou a avisar diferentes órgãos e serviços da universidade que iria se suicidar nas escadas do bloco que residia estudantil, mas nenhuma atitude institucional foi tomada para prevenir sua morte, nem mesmo a Guarda Universitária presente durante o ocorrido estava preparada para tomar alguma ação (UNEAFRO, 2021). A repercussão de sua morte fez com que colegas e familiares fizessem um cortejo em sua memória na Praça do Relógio da USP, onde os participantes apontaram negligência e questionaram a omissão institucionais, com cartazes com dizeres como "A USP adoce e mata" e "A culpa é da USP" (CAMARGO, 2021).

Embora são nos momentos críticos que a Universidade se defronta com o número crescente de casos de suicídio de seus alunos, ou de sua tentativa, sirvam como catalisadores de transformações institucionais em torno da problemática, a questão da saúde mental e do "sofrimento psíquico" se



apresenta no cotidiano acadêmico. Como defende Maluf (2010), se desejamos apreender como o sofrimento psíquico tem incidido sobre as vivências dos sujeitos é preciso descer ao nível do cotidiano para compreender as diferentes formas que esse sofrimento é corporificado e vivenciado.

Entendo aqui que o sofrimento psíquico no ambiente universitário envolve tanto dimensões individuais e singulares, quanto dimensões socioestruturais, coletivas e institucionais, assim como argumentado por Leão, Ianni, Goto (2019a, 2019b). Tal sofrimento tanto pode estar relacionado a questões coletivas envolvendo os diversos marcadores sociais da diferença (raça, classe, gênero, sexualidade, dentre outros), quanto a questões envolvendo mudanças estruturais das condições de vida, de redistribuição econômica, de reconhecimentos culturais e históricos, do acesso à saúde, à moradia, à alimentação, à educação e toda uma série de efetivação de direitos. Como também pode estar relacionado diretamente ao contexto estudantil e burocrático universitário, precarização das condições de trabalho, corte de recursos para pesquisa, falta de políticas de permanência e afins.

O contexto pandêmico que estamos inseridos desde o início de 2020 gerou uma série de mudanças no funcionamento das Instituições de Ensino Superior (IES) e também na própria rotina dos alunos. Com a suspensão de aulas presenciais e a implementação do ensino remoto, os alunos tiveram de reinventar uma maneira de viver o cotidiano acadêmico (CARVALHO E SILVEIRA, 2021). A mudança brusca e significativa da rotina como consequência do isolamento social, o uso prolongado e intensivo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e as dificuldades econômicas, políticas e sanitárias amplificadas nos últimos anos, não só ampliaram as desigualdades sociais existentes, como também serviram de estressores para a saúde mental, que afeta desproporcionalmente segmentos sociais mais precarizados, influenciando diretamente na permanência estudantil desses segmentos (REIS, 2020). A pandemia, portanto, não criou as desigualdades educacionais nas IES, mas contribuiu para seu fortalecimento (PIRES, 2021). O questionamento de Macedo (2021) ressoa sobre esta apresentação: a educação transferida para o ambiente online, segue como um direito ou um privilégio?

Este trabalho se baseia em dois projetos: primeiro, em grande parte, nos desenvolvimentos realizados durante a iniciação científica “O adoecimento psíquico na graduação: uma análise antropológica do sofrimento psíquico na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP)”²² que fiz entre abril de 2020 e março de 2021 sob orientação da Heloisa Buarque de Almeida. Nela, realizei a construção de um formulário que teve 252 respostas de alunos de graduação da FFLCH. Nesta pesquisa foram feitas 13 entrevistas semiestruturadas para retomar pontos tratados nos formulários e explorar outros; segundo, no mestrado em desenvolvimento no momento.



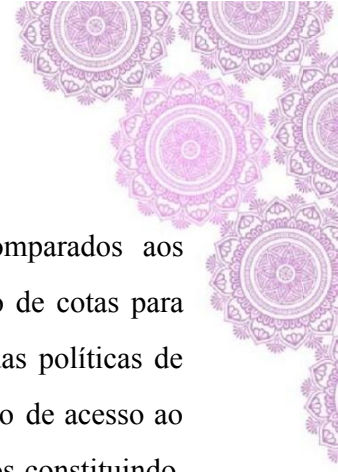
DESENVOLVIMENTO

Um breve histórico da adoção de políticas afirmativas na Universidade de São Paulo

Segundo Piotto (2014), a Educação Superior no Brasil é caracterizada pela restrição. Em relação à taxa de escolarização na educação superior na América Latina, a posição ocupada pelo país é inferior a quase todos os outros. Além da taxa ser baixa, ela ainda é resultado de uma recente expansão que aumentou em 129% o número de estudantes no ensino superior atendidos entre 1989 e 2002. Contudo, tal ampliação localizou-se predominantemente no setor privado que, em 2002, detinha 70% de todas as matrículas na educação superior, fazendo com que o Brasil se tornasse um dos países com mais alto grau de privatização nesse nível de ensino.

Henriques (2017) argumenta que tais reformas remontam à ditadura, pois, neste período, os militares promoveram a reestruturação da Educação Básica e do Ensino Superior visando à adequação do sistema à participação da iniciativa privada. Isto contribuiu para a instituição de um “modelo duplamente seletivo”, no qual jovens e adultos de classes médias e altas continuaram a ocupar majoritariamente as vagas nas universidades públicas, enquanto os jovens e adultos das classes trabalhadoras continuaram a ser encaminhados às universidades privadas para que pudessem conciliar “o trabalho e o estudo” (MARTINS, 2009). Decorrente disso, haveria desde os anos de 1950 dois projetos educacionais antagônicos no país: um projeto privatista, que defende a educação como um bem privado e aglomerado pelos setores da iniciativa privada; e um projeto que defende a educação pública, gratuita, laica e de qualidade, que foi ensejado por estudantes, trabalhadores, professores, centrais sindicais e movimentos sociais (LIMA 2014).

Ristoff (2014) indica que, nas duas últimas décadas, a educação superior brasileira foi marcada por grandes expansões, cresceu o número de instituições, de cursos, de vagas, de ingressantes, de matrículas e de concluintes. Foi um crescimento constante e significativo, com marcada aceleração de ritmo de 1999 a 2003, período em que ocorreu altas taxas de crescimento da educação superior, em função da proliferação de instituições privadas. Nos doze primeiros anos dos governos Lula-Dilma, o crescimento se manteve constante, porém em ritmo mais moderado, e em sintonia com as políticas globais de inclusão social, a expansão passa a se associar à democratização dos campi brasileiros e orientada por um conjunto de políticas estruturantes implantadas nos últimos anos. Tais políticas, mais recentemente, têm evidenciado a inclusão de grupos historicamente excluídos desse nível educacional e começam a alterar significativamente o perfil do estudante de graduação e pós-graduação no ensino superior público brasileiro.

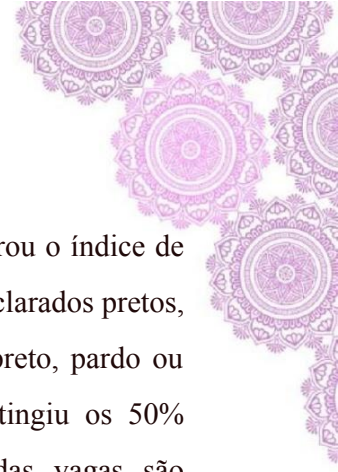


A existência prolongada de desvantagens dos estudantes negros quando comparados aos estudantes brancos, em especial no ensino superior, e a mobilização em prol da criação de cotas para negros nas universidades públicas brasileiras, foram importantes para que fossem criadas políticas de ação afirmativa na educação, como a Lei das Cotas, lei nº 12.711 de 2012. A ampliação de acesso ao ensino superior público tem resultado em um aumento proporcional de estudantes negros constituindo, assim, uma mudança institucional importante, pois passou a garantir a esse segmento o acesso a oportunidades sociais que antes lhe eram restritas e inexistentes (BARRETO, 2015).

Desde 1995, a Universidade de São Paulo vinha discutindo a necessidade de medidas que visassem à criação de um sistema para a ampliação de estudantes negros e de baixa renda. Apenas onze anos mais tarde e muitos embates e disputas, a USP, em 2006, ao invés das cotas raciais, estabelece um sistema de bonificação com critérios socioeconômicos, o Programa de Inclusão Social da USP (Inclusp). Em seguida, em 2008, é criado o Programa de Avaliação Seriada da USP (Pasusp), dentro do Inclusp, com o objetivo de aproximar a USP das escolas públicas, estimulando a participação no vestibular antes mesmo de completar o ensino médio.

No contexto da promulgação da Lei das Cotas, as três universidades paulistas (Unesp, Unicamp e USP) desencadearam uma discussão a respeito da possibilidade de adoção de cotas em seus vestibulares. A Unesp foi a única delas a adotar o sistema de cotas em seu vestibular de 2014. A USP e a Unicamp optaram por implementar mudanças em seus sistemas preexistentes. Na USP, em específico, novas alterações são feitas no Inclusp (PIOTTO E NOGUEIRA, 2013). Entre a possibilidade de adotar um modelo de cotas étnico-raciais, a USP preferiu dar sequência ao seu projeto político de cotas sociais, presumindo ser o modelo mais de acordo com seus princípios de expansão universitária.

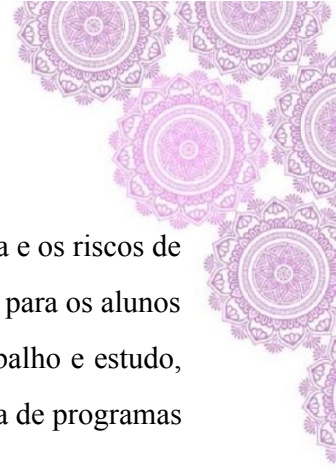
Apenas em 2015, a USP passa a aderir ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), definindo um limite de 30% de reserva das vagas de cada curso a partir de 2016 (USP-PRG, 2015). Embora tal adoção tenha sido uma mudança histórica na forma de ingresso, que nos últimos 40 anos era representada pela Fuvest, o modelo de inclusão adotado pela USP até então tinha como grande enfoque o aluno de escola pública, a questão étnico-racial foi parcial e deficientemente contemplada até então. Após um intenso engajamento de movimentos negros na USP e do Núcleo de Consciência Negra, em 2017, através das congregações das unidades e do Conselho Universitário, a USP introduziu as cotas raciais nos seus processos de seleção, Fuvest e Sisu. O sistema de cotas foi aplicado no edital da Fuvest em 2018, reservando cerca de 37% das vagas para alunos de escolas públicas e desse valor 13,7% foram reservados para pretos, pardos e indígenas. Definiu-se que a cada ano a reserva de cotas irá aumentar até atingir a meta de 50% das vagas destinadas ao sistema de cotas em 2021 (FERREIRA, 2018).



Em 2020, terceiro ano da implementação das políticas afirmativas, a USP registrou o índice de 47,8% de alunos matriculados oriundos de escolas públicas, e, dentre eles, 44,1% autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI) (CRUZ, 2020c), 1 em cada 4 ingressantes autodeclarou ser preto, pardo ou indígena. No ingresso de 2021, a reserva de vagas para alunos de escola pública atingiu os 50% estipulados pela meta institucional (MARQUES, 2020). Deste percentual, 37,5% das vagas são reservadas para estudantes autodeclarados PPI, levando em consideração a representatividade percentual desses grupos na população do estado de São Paulo. Em 2021, das 11.147 vagas oferecidas na USP, 1.669 vagas foram oferecidas pela FFLCH (cerca de 15% do número total). Na unidade, foram ofertadas pela Fuvest 1.171 vagas: 834 por ampla concorrência, 241 oriundos de escola pública e 96 autodeclarados PPI; pelo Sisu foram ofertadas 498 vagas: 0 por ampla concorrência, 277 oriundos de escola pública e 221 autodeclarados PPI (JORNAL DA USP, 2021). Como constatou Braga (2019), a FFLCH é a faculdade que possui a maior presença de homens e mulheres negras discentes de toda a USP. Em sua maioria, tais alunos estão cursando no período noturno, o que indica uma relação entre trabalho e estudo.

Os marcadores sociais da diferença referem-se à abordagem interseccional que provém do feminismo negro estadunidense (Collins, 2019). Todavia, não se restringe a compreender estritamente as experiências das mulheres negras, mas como intersecções dinâmicas entre gênero, classe, raça e sexualidade em contextos culturais e históricos específicos. Tal ferramenta sempre leva em conta a grande variedade e pluralidade dos marcadores sociais, como: raça, gênero, classe, região, religião, idade, orientação sexual, dentre outros; marcadores que acabam moldando vidas individuais e que produzem formas de apreensão da experiência coletiva. As marcações sociais não estão completamente isoladas, nem constituem distintos reinos de experiência, mas existem “em” e “através” da relação que constituem entre si (McClintock, 2010). Tais marcadores nos ajudam a entender as intrincadas maneiras que o machismo, o racismo, a LGBTfobia e a desigualdade social se intersectam nas estruturas universitárias.

Na realidade social, como salienta Fraser (2001), toda luta por justiça implica duplamente demandas por mudança cultural e por mudanças econômicas, isto é, demandas por reconhecimento e por redistribuição. Ambas estão enraizadas em processos e práticas que sistematicamente prejudicam alguns grupos em detrimento de outros. Portanto, se por um lado, observa-se na última década que um processo significativo de democratização dos campi nacionais está em curso principalmente quando olhamos para marcadores sociais da diferença como raça, gênero e classe; por outro, isso não pode ser dissociado de questões que envolvam a permanência na universidade, sendo a "saúde mental" uma delas. Costa e Picanço (2020) argumentam que é necessário considerar os componentes que podem interferir diretamente nas chances de que o ingresso na universidade também possibilite uma trajetória de



permanência e conclusão, evitando que haja evasão. Embora os problemas de permanência e os riscos de evasão estejam dados para qualquer aluno durante seu processo de formação, são maiores para os alunos pobres e negros, por uma série de fatores. Dentre eles estão a incompatibilidade entre trabalho e estudo, as dificuldades de integração, as reprovações, a falta de recursos financeiros e a inexistência de programas de auxílio.

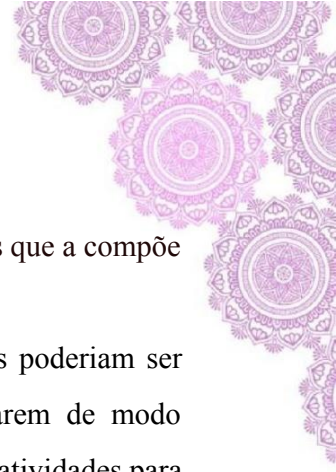
O início da pandemia de Covid-19 na Universidade de São Paulo

O primeiro caso registrado de Covid-19 no país se deu em 26 de fevereiro de 2020. Em 11 de março de 2020, quando o país já tinha registrado o total de 36 casos de pessoas infectadas pelo vírus, o primeiro caso foi confirmado na Universidade de São Paulo. Foi também neste dia que a Organização Mundial de Saúde elevou a Covid-19 à categoria de pandemia mundial.

O infectado era um aluno do curso de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas que havia viajado recentemente à Itália. No dia da confirmação, o Departamento de Geografia decidiu suspender as aulas (PALHARES, 2020). No dia seguinte, alguns docentes da unidade decidiram também suspender as aulas. Contudo, em nota publicada, a reitoria da FFLCH afirmou que manteria as aulas e as demais atividades enquanto aguardava a manifestação da Secretaria de Saúde de São Paulo (UOL, 2020).

Dois dias após a confirmação do caso, o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) - formado pela USP, Unicamp e UNESP - instituiu a suspensão das aulas a partir do dia 17. A decisão levava em conta as novas recomendações do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde, num esforço conjunto de reduzir a taxa de crescimento da doença no Estado de São Paulo. As recomendações específicas para a comunidade universitária de cada Instituição seriam divulgadas em seus respectivos portais e comitês técnicos seriam criados para acompanhar a evolução da epidemia (CRUESP, 2020).

No primeiro dia da suspensão das aulas presenciais, foi realizada uma reunião presencial no Conselho Universitário da USP com os diretores das diversas unidades da Universidade. Nela, o reitor Vahan Agopyan afirmou que “Vivemos um cenário delicado, mas a USP não vai parar”, sendo assim, “Convoco a todos para mantê-la viva e dinâmica”. Embora tenha sido encorajada a introdução imediata do ensino remoto, a Reitoria não definiu diretrizes gerais mínimas para todas as unidades, pelo contrário, ficou a cargo de cada unidade definir suas próprias diretrizes para dar prosseguimento ao semestre iniciado. A USP, de fato, se manteve viva no primeiro semestre daquele ano, mas isso se deu por um



esforço contínuo do corpo docente, discente e dos funcionários de cada uma das unidades que a compõe (SAMPAIO, 2020a).

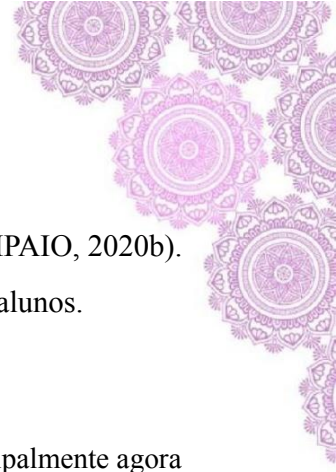
Na FFLCH, em específico, a indeterminação de quando as atividades presenciais poderiam ser retomadas se somou ao questionamento da real possibilidade das atividades continuarem de modo remoto. Em decorrência disso, ficou ao cargo de cada professor definir um cronograma de atividades para sua disciplina e se a continuidade seria dada remotamente ou não. Como aponta a reportagem feita por Sampaio (2020b) no Jornal do Campus, houve disciplinas que foram ministradas ininterruptamente, outras só começaram em abril, maio ou até mesmo em junho.

Cerca de dois meses se passaram até que a unidade estabelecesse um plano conjunto para a continuação do semestre com um calendário geral e determinasse que pelo resto do ano as aulas seriam remotas. Por causa do desenvolvimento mais tardio do ensino remoto, o calendário da FFLCH para 2020 foi distinto das outras unidades da USP. Ele foi estendido para que todas as disciplinas pudessem ser concluídas. Assim, o primeiro semestre terminou no final de agosto, o segundo, iniciou na segunda quinzena de setembro. Vale pontuar que a FFLCH é a maior unidade de toda a USP, com cerca de treze mil estudantes ativos de graduação e pós-graduação, quatrocentos docentes, trezentos funcionários, onze departamentos distribuídos em cinco áreas de conhecimento: Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, História e Letras (FFLCH, 2021).

Os alunos tiveram condições de acompanhar as atividades?

Em uma entrevista à rádio CBN São Carlos em maio de 2020, o reitor Vahan Agopyan afirma “Como estamos oferecendo as aulas remotamente, o aluno tem que ter acesso às aulas. Não queremos que os alunos que não têm recursos sejam prejudicados” (CRUZ, 2020a) Para isso, após um levantamento feito pelas Pró-Reitorias de Graduação e Pós-Graduação às Unidades de Ensino e Pesquisa e à Superintendência de Assistência Social (SAS), a Universidade havia adquirido 2.250 kits de internet móvel para distribuir para alunos que não tivessem acesso direto à internet³. Porém, quando a distribuição foi feita em maio, já haviam passado quase dois meses que o ensino remoto havia sido imposto, isto é, não foi garantido com antecedência que todos os estudantes tivessem acesso à internet previamente para acompanhar as atividades (SAMPAIO, 2020a).

Na FFLCH, foi constatado pela Comissão de Acompanhamento do Departamento de Geografia e pelo Centro de Estudos Geográficos Felipe Varea Leme (CEGE) que a demanda dos alunos de Geografia por kits de internet seria sete vezes maior do que a demanda registrada pela Reitoria, enquanto a Reitoria



indicou apenas 12 alunos para receber o kit, mais de 80 necessitavam dele também (SAMPAIO, 2020b). Ademais, além dos kits, computadores dos laboratórios da unidade foram emprestados aos alunos.

Vivências acadêmicas durante a pandemia e a condição precária

[...] É realmente muito conflituoso existir no cenário acadêmico, principalmente agora em pandemia, quando se está doente, sem dinheiro, com uma internet péssima e um professor buzinando que é sua responsabilidade conseguir boa internet (mas você mora em um beco na periferia, é natural que a internet seja ruim), pensando que talvez o futuro que você deseja enquanto pesquisadora precisa de outros meios mais dolorosos pra poder se realizar [...]. - mulher cis, negra, bissexual

Ausência de políticas mais efetivas de permanência. Isso evidenciou-se ainda mais na pandemia, com as dificuldades de acesso à internet e a incompreensão de alguns(mas) docentes, que insistiram em ignorar o adoecimento coletivo, mantendo exigências descabidas. - mulher cis, negra, heterossexual

A falta de compreensão sobre as condições individuais de cada aluno, no meu caso é muito difícil ter um ambiente de estudo em casa e isso acaba gerando uma frustração muito grande e impacta na minha produção. - mulher cis, parda, bissexual

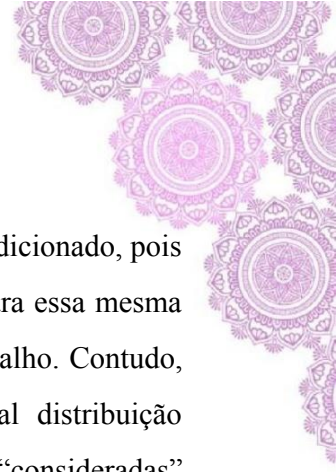
No contexto de pandemia, a ausência de garantia de equidade material entre os alunos para acompanhar as aulas remotas emergenciais. - não-binária, parda, homossexual

Falando como alguém que conciliou em 2020 trabalho em home office, correções particulares (foi necessário pra completar a renda) e as aulas em EAD (com uma internet precária e alguns professores que passaram a agir como se estivessemos de férias em casa) a somatória gerou uma sobrecarga imensa. - mulher cis, parda, bissexual

Levando em consideração as decisões ao longo da pandemia, é perceptível que as iniciativas não foram suficientes e não atenderam de forma satisfatória a grande maioria das estudantes da universidade. - mulher cis, negra, homossexual

Essas são algumas falas feitas pelos participantes da pesquisa. Realizei a seleção das falas sem identificar primeiro os marcadores sociais dos falantes. Após ter feito a seleção e ter atribuído os respectivos marcadores de gênero, raça e sexualidade, para a minha surpresa, a grande maioria dos falantes são mulheres cis negras e pardas e bissexuais.

Em grande parte, podemos entender essa distribuição desigual de sofrimento pelos conceitos de precariedade e condição precária. A precariedade, para Butler (2015, 2018, 2021), tem de ser compreendida como uma condição generalizada: todas vidas são, por definição, precárias, pois podem ser eliminadas e sua persistência não está garantida. Quando afirmamos que determinados grupos são vulneráveis de maneira diferenciada, estamos dizendo que, sob determinados regimes de poder, alguns

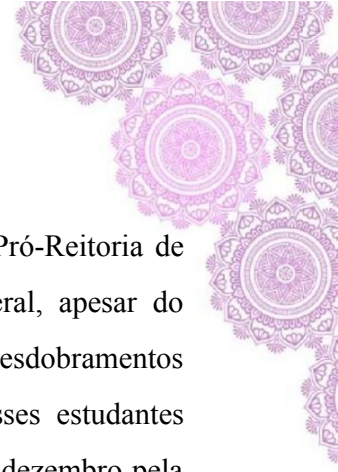


grupos são visados mais prontamente que outros. A vida precária é a condição de estar condicionado, pois a vida sempre surge e é sustentada dentro de determinadas condições que dão suporte para essa mesma vida. Não há vida sem a dependência de redes mais amplas de apoio, sociabilidade e trabalho. Contudo, há uma distribuição diferencial de precariedade, uma condição de precariedade. Tal distribuição diferencial é uma questão material e perceptual, visto que tais vidas não são “consideradas” potencialmente valiosas e, por conseguinte, são obrigadas a suportar uma exposição diferenciada à violência. Alguém é vulnerável em relação à estrutura social da qual depende. Se essa estrutura falha, ficamos expostos a uma condição precária. A condição precária também pode implicar numa mudança da realidade psíquica, num aumento relativo da sensação de ser descartável ou dispensável que se distribui proporcionalmente à condição precária. Tal processo, segundo Berlant (2011), pode envolver um aumento de ansiedade em relação ao próprio futuro e em relação àqueles que podem depender dessa pessoa. Quanto mais socialmente isolada, mais a pessoa se torna e se sente precária.

É necessário ressaltar a participação dos marcadores sociais da diferença na formação do adoecimento psíquico enquanto configuradores de pontos identitários de maior vulnerabilidade a certos estressores no processo de subjetivação gendrado segundo o gênero, a raça, a classe e a sexualidade que cada indivíduo é posicionado. Isto é, a cultura participa na configuração dos sintomas, aos quais atribui legitimidade expressiva no processo de engendramento do sofrimento, assim, estabelecendo diferentes formas e fatores (Zanello, 2017). A dor e o sofrimento não são simplesmente íntimos, são também impregnados pelo social, cultural e relacional, são fruto de uma educação, isto é, não escapam ao vínculo social (Le Breton, 2013). Desse modo, as diferentes formas de discriminação e injustiça realizam a perpetuação de tipos específicos de relações afetivas às normas sociais que são responsáveis por experiências de sofrimento (Ahmed, 2004).

As consequências da pandemia na permanência estudantil

Em 17 de novembro de 2021, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) da FFLCH manifestou, em uma nota divulgada em sua conta oficial no Instagram, sua preocupação com a possibilidade de jubramento de quase 600 estudantes da unidade neste ano em decorrência de o aluno não obter nenhum crédito em dois semestres consecutivos, isto é, aqueles que não fizeram trancamento total e não concluíram nenhuma das disciplinas em que fora matriculado. Apontam que, durante a pandemia, muitos estudantes não tiveram acesso aos meios eletrônicos necessários, nem ao espaço físico adequado e ainda menos saúde mental para elaborar e apresentar seus trabalhos de conclusão das disciplinas ou cursos, seja na totalidade ou mesmo na qualidade necessária para alcançar os créditos propostos. Apesar



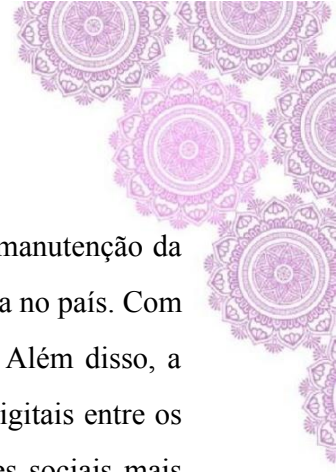
das reiteradas tentativas do CDDH de reverter o quadro de desligamento em massa, a Pró-Reitoria de Graduação se mostrou resistente em flexibilizar temporariamente seu Regimento Geral, apesar do momento de exceção da pandemia. Finalizam manifestando sua inquietação com os desdobramentos negativos que tais desligamentos podem acarretar nas vidas e na saúde mental desses estudantes (CDDH-FFLCH, 2021). A denúncia foi divulgada no jornal Folha de São Paulo em 5 de dezembro pela jornalista Mônica Bergamo.

Na matéria, a jornalista aponta que embora a possibilidade de mais de 600 alunos jubilados estejam dentro do esperado anualmente pela unidade, dado o tamanho do seu corpo discente, a medida é vista como um ato insensível diante das dificuldades impostas pela crise da Covid-19. É lembrado que, em junho, a FFLCH registrou oficialmente ao menos três casos de suicídio. Nesse sentido, a possibilidade de jubramento em massa acenderia um alerta sobre a saúde mental entre a comunidade acadêmica. A professora Tessa Lacerda, presidente da Comissão, afirma que a FFLCH concentra os estudantes com menor renda da USP. Muitos desses alunos não tiveram as condições necessárias para acompanhar as aulas à distância, contudo não quiseram trancar o curso porque dependem dos auxílios oferecidos pela Universidade para se manter (BERGAMO, 2021).

Em uma matéria publicada no G1, em 28 de maio deste ano, é apontado que metade dos alunos da FFLCH deixou de receber algum benefício e tem tido dificuldade de manter os estudos. Sem o benefício muitos desses alunos não têm conseguido se manter estudando (G1, 2021). Segundo o Portal de Dados da FFLCH, em 2019, 3.489 alunos da unidade recebiam algum tipo de auxílio da universidade, em 2020, foram 1.886, em 2021, 2.480; em 2019, 759 alunos concluíram a graduação, em 2020, 692, em 2021, apenas 153; em 2019, 565 matrículas foram trancadas (segundo a somatória dos trancamentos do primeiro e segundo semestre de cada ano), em 2020, 1.168, em 2021, 1.414.

Entre 2019 e 2021, o número de trancamentos supera o número de concluintes, o número de concluintes teve uma pequena redução no primeiro ano de pandemia em relação ao ano anterior, porém o segundo ano de pandemia representou uma queda mais drástica. Como podemos notar, o aumento do número de alunos com auxílios em 2021 não foi capaz de estancar a proporção inversa entre concluintes e trancamentos, pois quando um aluno tranca sua matrícula, ele perde o direito de receber auxílios da universidade, ou seja, um número maior de alunos se manteve inelegível para receber auxílios durante a pandemia. Além disso, tal aumento ainda está bem abaixo do total de bolsas concedidas em 2019.

Como apontam, Rosa et al. (2021), os mais prejudicados nessa conjuntura pandêmica foram aqueles que, além de terem de conviver com os efeitos da própria pandemia, tiveram de lidar com a falta de recursos equipamentos apropriados para o estudo, e que também esbarram nas dificuldades decorrentes

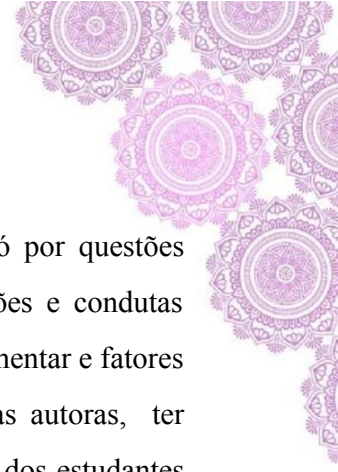


da crise econômica instalada no país que vem comprometendo as condições básicas de manutenção da vida. A pandemia, portanto, agravou uma situação de exclusão educacional que é histórica no país. Com isso, escancarou ainda mais as inadequações e injustiças de nosso sistema educacional. Além disso, a pandemia apontou para a necessidade de reconhecer e enfrentar desigualdades sociais e digitais entre os estudantes, apontando que as desigualdades digitais refletem ou espelham desigualdades sociais mais amplas. Durante a pandemia, a educação tornou-se um privilégio, deixando milhares de estudantes sem garantia de seu direito à educação (Macedo, 2021).

Segundo Reis (2020), o distanciamento social não deveria ter tido como consequência a ampliação dos efeitos nocivos das crises que, historicamente, recaem majoritariamente sobre populações negras, pobres e periféricas. Os direitos sociais dessas populações precisam ser promovidos e garantidos para sua permanência na universidade. Contudo, para Carvalho e Silveira (2021), a importância dos programas de assistência estudantil durante a pandemia não se limitou apenas à ampliação das condições de permanências dos estudantes em vulnerabilidade, mas também contribuiu para minimizar os riscos sociais e prover as necessidades básicas dos alunos e de suas famílias. A vivência das aulas remotas evidenciou, para Pires (2021), que as políticas de permanência e de relacionamento estudantil devem também ser sensíveis a outros fatores, não somente aos acadêmicos, sociais, extracurriculares, mas também ao bem-estar emocional. Elas devem, assim, ser multidimensionais, isto é, levando em conta aspectos materiais, culturais, simbólicos e psicológicos. Para que o ensino remoto não venha contribuir para o esvaziamento da universidade, em particular daqueles segmentos historicamente excluídos, que apenas recentemente conseguiram espaço por meio de políticas afirmativas (Mancebo, 2020).

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos voltamos para as narrativas de adoecimento psíquico dentro e fora do contexto universitário, estamos tratando da condição de precariedade (Butler, 2015), da condição de estar sempre condicionado ao outro, como a vida é sustentada por meio da dependência de uma série de redes. Estar condicionado ao outro é também estar condicionado a uma relação desigual relação de força, relação esta que implica numa distribuição desigual da precariedade, isto é, como os diferentes posicionamentos desiguais nas relações de poder podem estabelecer certas vidas como mais valiosas, certos sofrimentos como legítimos ou não. Como sofrimentos advindos do machismo, racismo, LGBTfobia e desigualdade social são tidos como legítimos ou não no âmbito universitário.



A saúde mental dos universitários, durante a pandemia, foi transpassada não só por questões individuais, familiares e consequências do contexto sanitário, mas também por decisões e condutas negacionistas de gestores, processos de desigualdade digital, situações de insegurança alimentar e fatores de riscos potencializados pela própria universidade (Carvalho e Silveira, 2021). Para as autoras, ter conhecimento desses determinantes sociais, econômicos e institucionais da saúde mental dos estudantes pode contribuir para a formulação de políticas de promoção à saúde e redução de iniquidades sociais na universidade.

Sendo assim, não podemos olhar para o sofrimento psíquico no meio universitário como uma condição generalizada da precarização constante que o meio acadêmico está submetido na conjuntura atual. Por mais que todo aluno possa estar condicionado a sofrer em decorrência das relações estabelecidas dentro e fora da universidade, tal sofrimento não é vivido da mesma maneira, não é reconhecido da mesma maneira e, portanto, não impacta a todos da mesma maneira. Nosso sofrimento está sempre condicionado pelos atravessamentos característicos de uma forma particular de viver, do valor distintivo determinado pela posicionamentos dinâmicos que assumimos e somos levados a assumir no espaço social.

CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

- AHMED, S (2004). *The Cultural Politics of Emotion*. Edinburgh, Edinburgh University Press, 2004.
- BARRETO, P (2015). Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* 2015, n.16.
- BERGAMO, M (2021). Comissão da USP denuncia jubramento de 600 alunos da FFLCH em meio à pandemia. Folha de São Paulo, São Paulo, 5 de dez. de 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/12/comissao-da-usp-denuncia-jubilamento-de-600-alunos-da-fflch-em-meio-a-pandemia.shtml/>>. Acesso em: 7 de dez. de 2021.
- BERLANT, L (2011). *Cruel Optimism*. New York: Duke University Press, 2011.
- BRAGA, T (2019). A territorialidade negra na USP. Tese (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- BUTLER, J (2015). *Quadros de Guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, J (2018). *Corpos em Aliança e a Política das Ruas*. RJ: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, J (2021). *A força da não violência*. São Paulo, Boitempo, 2021.
- CAMARGO, R (2021). Estudante vítima de racismo comete suicídio dentro da USP. Alma Preta Jornalismo Preto e Livre, São Paulo, 1 de jun. de 2021. Disponível em: <<https://almapreta.com/sessao/cotidiano/estudante-vitima-de-racismo-comete-suicidio-dentro-da-usp/>>. Acesso em: 25 de ago. de 2021.
- CARTA CAPITAL (2017). Casos de suicídio e depressão deixam universidades em alerta. Carta Capital, São Paulo, 23 de set. de 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/casos-de-suicidio-e-depressao-deixam-universidades-em-alerta>>. Acesso em: 2 de dez. de 2021.
- CARVALHO, C; SILVEIRA, M (2021). (Sobre)vivências, saúde mental e enfrentamento à pandemia de universitários em vulnerabilidade socioeconômica. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 14.
- CDDH-FFLCH (2021). Jubramento na Pandemia. São Paulo, 17 de nov. de 2021. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CWZBPKMvpsy/>>. Acesso em: 7 de dez. de 2021. Acesso em: 7 de dez. de 2021.
- COLLINS, P (2019). *Pensamento Feminista Negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COLLUCCI, C (2017). Medicina da USP se mobiliza após tentativas de suicídio. Folha de São Paulo, São



Paulo, 12 de abri. de 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2017/04/1874794-medicina-da-usp-se-mobiliza-apos-tentativas-de-suicidio.shtml>>. Acesso em: 2 de dez. de 2021.

COSTA, A; PICANÇO, F (2020). Para Além do Acesso e da Inclusão Impactos da Raça Sobre a Evasão e a Conclusão no Ensino Superior. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 39, n. 2, 2020.

CRUESP (2020). Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas. Comunicado CRUESP nº. 03/2020. Campinas, 13 de mar. de 2020. Disponível em: <https://sites.usp.br/cruesp/wp-content/uploads/sites/620/2020/05/Cruesp_Comunicado03.pdf/>. Acesso em: 5 de dez. de 2021.

CRUZ, A (2020a). “Não queremos que os alunos que não têm recursos sejam prejudicados”, afirma reitor. *Jornal da USP*, São Paulo, 15 de mai. de 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/institucional/nao-queremos-que-os-alunos-que-nao-tem-recursos-sejam-prejudicados-afirma-reitor/>>. Acesso em: 6 de dez. de 2021.

_____. (2020b). USP distribui mais de 2 mil kits internet para estudantes com necessidades socioeconômicas. *Jornal da USP*, São Paulo, 12 de mai. de 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/institucional/usp-distribui-mais-de-2-mil-kits-internet-para-estudantes-com-necessidades-socioeconomicas/>>. Acesso em: 6 de dez. de 2021.

_____. (2020c). USP alcança meta de inclusão social em 2020 e tem mais alunos de escolas públicas. *Jornal da USP*, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/institucional/usp-amplia-diversidade-social-e-etnica/>>. Acesso em: 25 de abr. de 2021.

FFLCH (2021). Portal de Dados Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Quantidade de pessoas com vínculos ativos na unidade. 2021. Disponível em: <<https://dados.fflch.usp.br/ativos/>>. Acesso em: 5 de dez. de 2021.

G1 (2021). Metade dos alunos de faculdade de ciências humanas da USP deixou de receber benefício e tem dificuldade de manter estudos. *G1*, São Paulo, 28 de mai. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/05/28/metade-dos-alunos-de-faculdade-de-ciencias-humanas-da-usp-deixou-de-receber-beneficio-e-tem-dificuldade-de-manter-estudos.ghtml/>>. Acesso em: 7 de dez. de 2021.

FERREIRA, R (2018). O sistema de cotas étnico-raciais adotado pela USP. *Jornal da USP*, São Paulo, 5 de jan. de 2018. Disponível em: <O sistema de cotas étnico-raciais adotado pela USP>. Acesso em: 8 de set. de 2021.

FRASER, N (2001). Da redistribuição ao reconhecimento?. In: SOUZA, J (org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora UnB, 2001.

HENRIQUES, C (2017). Do trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras. *O Social em Questão*, ano XX, n. 37, jan a abril 2017.

JORNAL DA USP (2021). Vagas USP 2021. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2020/06/tabela_vagas_fuvest.pdf>. Acesso em: 6 de dez. de 2021.

LEAO, T; IANNI, A; GOTO, C (2019A). Individualização e Sofrimento Psíquico na Universidade: Entre a Clínica e a Empresa De Si. *Revista Humanidades & Inovação*, v. 6, n. 9, 2019a.

_____. (2019B). Sofrimento psíquico e a universidade em tempos de crise estrutural. *Revista EM PAUTA*, Rio de Janeiro, v. 17 n. 14, 2019b.

LE BRETON, D (2013). *Antropologia da Dor*. São Paulo, Editora FAP-UNIFESP, 2013.

LIMA, K (2014). PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2011-2020. *Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social, 2014*.

MACEDO, R (2021). Direito ou privilégio?. *Estudos Históricos*, v 34, n 73, 2021.

MALUF, S (2010). Gênero, Saúde e Aflição: Políticas Públicas, Ativismo e Experiências Sociais In: MALUF, S; TORNQUIST, C (orgs.). *Gênero, saúde e aflição*. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 2010.

MANCIBO, D (2020). Trabalho remoto na Educação Superior brasileira. *Revista USP*, n 127, 2020.

MARQUES, J (2020). Novos alunos vindos de escola pública já são 47% na USP. *Estadão*, São Paulo, 4 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,novos-alunos-vindos-de-escola-publica-ja-sao-47-na-usp,70003386443>>. Acesso em: 25 de abr. de 2021.

MARTINS, C (2009). A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Revista Educação. Social*. Campinas, vol. 30, n.106, p. 15-35, jan/abr. 2009.

MCCLINTOCK, A (2010). *Couro imperial*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.

MORAES, F (2017). Suicídio de doutorando da USP levanta questões sobre saúde mental na pós. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 de out. de 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2017/10/1930625-suicidio-de-doutorando-da-usp-levanta-questoes-sobre-saude-mental-na-pos.shtml>>. Acesso em: 12 de set. de 2020.

PALHARES, I (2020). USP confirma primeiro caso de coronavírus. *Estadão*, São Paulo, 11 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,usp-confirma-primeiro-caso-de-coronavirus,70003228819/>>. Acesso em: 5 de dez. de 2021.

PALHARES, I (2021). Suicídio de três estudantes nos últimos dois meses acende alerta na USP. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 de jun. de 2021. Disponível:



<<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/06/suicidio-de-tres-estudantes-nos-ultimos-dois-meses-acende-alerta-na-usp.shtml/>>. Acesso em: 1 de ago. de 2021.

PIOTTO, D (2014). Estudantes das camadas populares na USP: encontros com a desigualdade social. In: PIOTTO, D. (Org.). *Camadas populares e universidades públicas*. São Carlos: Pedro & João Editores.

PIOTTO, D; NOGUEIRA, M (2013). Inclusão vista por dentro. *Educação*, 36(3).

PIRES, A (2021). A Covid-19 e a Educação Superior no Brasil. *Educación*, v 30, n 58, 2021.

REIS, D (2020). Coronavírus e desigualdades educacionais. *Olhar de Professor*, v 23, 2020.

RISTOFF, D (2014). O novo perfil do campus brasileiro. *Avaliação*, vol.19, n.3, pp.723-747, 2014.

ROSA et al. (2021). Os efeitos da pandemia da COVID-19 na permanência na educação superior. O cenário de uma universidade federal brasileira. *Revista Ibero-americana de Educação*, v 86, n 2, 2021.

SAMPAIO, R (2020a). Na USP, implantar o ensino remoto foi trabalho das unidades. *Jornal do Campus*, São Paulo, 23 de set. de 2020. Disponível em: <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2020/09/na-usp-implantar-o-ensino-remoto-foi-trabalho-das-unidades/>>. Acesso em: 5 de dez. de 2021.

SAMPAIO, R (2020b). Especial ensino remoto: a jornada da FEA e da FFLCH pelo primeiro semestre de 2020. *Jornal do Campus*, São Paulo, 23 de set. de 2020. Disponível em: <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2020/09/especial-ensino-remoto-a-jornada-da-fea-e-da-fflch-pe-lo-primeiro-semester-de-2020/>>. Acesso em: 5 de dez. de 2021.

UNEAFFRO (2021). Em Meio ao Racismo Institucional, Aluno Negro Tira a Própria Vida na USP. *UneAfro Brasil*, São Paulo, 28 de mai. de 2021. Disponível em: <<https://uneafrobrasil.org/em-meio-ao-racismo-institucional-aluno-negro-tira-a-propria-vida-na-usp/>>. Acesso em: 15 de ago. de 2021.

UOL (2021). Professores da USP suspendem aulas após caso de coronavírus em aluno. *UOL Notícias*, São Paulo, 12 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/12/usp-coronavirus-aulas.htm/>>. Acesso em: 5 de dez. de 2021.

USP (2021). *Anuário Estatístico USP*. Políticas de Permanência e Formação Estudantil. São Paulo: VREA/USP, 2021.

USP-PGR (2015). USP aprova Enem como nova forma de ingresso nos cursos de graduação. *USP-PRG*, São Paulo, 24 de jun. de 2015. Disponível em: <<https://www.prg.usp.br/usp-aprova-enem-como-nova-forma-de-ingresso-nos-cursos-de-graduacao/>>. Acesso em: 4 de set. de 2021.

VIEIRA, B (2018). USP tem 4 suicídios em 2 meses e cria escritório de saúde mental para alunos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 de ago. de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/usp-tem-4-suicidios-em-2-meses-e-cria-escritorio-de-saude-mental-para-alunos.shtml>>. Acesso em: 12 de set. de 2021.

ZANELLO, V (2017). *Saúde mental, Gênero e Interseccionalidades* In: PEREIRA, M et al. (orgs). *Luta Antimanicomial e Feminismos*. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2017.

NOTA(S) EXPLICATIVA(S) COMO NOTAS DE FIM

1. Este problema não é exclusivo do ESM, a Clínica-Escola Psicológica Prof^o Durval Marcondes, gerida pelo Instituto de Psicologia da USP, oferece há mais 50 anos apoio psicológico gratuito, não só para a comunidade USP como também para a comunidade, o que ocasiona numa grande procura que supera também a oferta. Desse modo, é importante frisar que tal serviço não se configura como uma assistência psicológica voltada especialmente para questões específicas do convívio universitário.

2. A pesquisa teve apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo: Processo: 2019/27798-9.

3. Além disso, apenas no campus Butantã, são oferecidas 1.726 vagas na moradia estudantil, o Conjunto Residencial da USP (Crusp), para alunos de graduação e pós-graduação (USP, 2021). A grande maioria dos alojamentos não possuem acesso direto e gratuito à internet, embora esteja disponível uma rede unificada de wi-fi gratuito na quase totalidade deste campus. A demanda pelo recurso já era uma antiga demanda dos moradores do Crusp. Apenas na pandemia, a Reitoria passou a oferecer uma alternativa provisória para a falta de um recurso essencial na vida universitária. Em maio de 2020, cerca de 400 ainda permaneciam no local, destes 398 estudantes receberam o kit (CRUZ, 2020b).